



## **As atuais configurações do mercado de trabalho das/os assistentes sociais e a interiorização dos cursos de Serviço Social: o acirramento dos processos de precarização**

*Current configurations of the labor market for social assistants and the interiorization of Social Service courses: the intensification of precarious processes*

**Moema Amélia Serpa Lopes de Souza<sup>1</sup>**  
**Liliane Gomes de Abrantes Andrade<sup>2</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo apresentar as atuais configurações do mercado de trabalho das/os assistentes sociais frente ao processo de interiorização dos cursos de Serviço Social, na cidade de Sousa (PB). Com base nos resultados obtidos a partir do trabalho de dissertação de mestrado, acerca das relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os nos espaços socio-ocupacionais da cidade em tela. Em termos metodológicos, o estudo é resultado de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, cujo método de análise, foi o materialismo histórico dialético de Marx. A pesquisa em tela, nos permitiu identificar a precariedade das relações de trabalho das assistentes sociais inseridas nos espaços socio-ocupacionais, que se expressam, fundamentalmente, nos baixos salários, nos vínculos empregatícios, preponderantemente temporários, nas formas de inserção nos espaços de trabalho, entre outros. Além disso, ao correlacionarmos as relações de trabalho com o perfil de formação profissional das assistentes sociais, identificamos que as profissionais, egressas do ensino a distância, ao se inserirem no mercado de trabalho, apenas através de convite, estão mais sujeitas aos processos de precarização das relações de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; mercado de trabalho; relações de trabalho; interiorização; precarização.

### **ABSTRACT:**

*This article aims to present the current configurations of the labor market for social workers in the face of the process of internalization of Social Service courses, in the city of Sousa (PB), based on the results obtained from the work of master's dissertation, about the work relationships of social workers inserted in the socio-occupational spaces*

---

<sup>1</sup> Professora Associada com dedicação exclusiva da Universidade Estadual da Paraíba. Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: serpamoema@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: gomesufcg@hotmail.com



*of the city in question. In methodological terms, the study is the result of field research, of a qualitative nature, whose analysis method was Marx's dialectical historical materialism. The research in question allowed us to identify the precariousness of the working relationships of social workers inserted in socio-occupational spaces, which are expressed, fundamentally, in low wages, in employment relationships, which are predominantly temporary, in the forms of insertion in work spaces, between others. Furthermore, when we correlate work relationships with the professional training profile of social workers, we identify that professionals, graduates from distance learning, when entering the job market, only through invitation, are more subject to precarious processes of labor relations.*

**KEYWORDS:** *Social Service; job market; work relationships; internalization. precariousness.*

## Introdução

O artigo tem como finalidade apresentar as atuais configurações do mercado de trabalho das/os assistentes sociais frente ao processo de interiorização dos cursos de Serviço Social, na cidade de Sousa (PB), com base nos resultados obtidos, a partir da pesquisa de campo, realizada para construção do trabalho de dissertação de mestrado acerca das relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os nos espaços socio-ocupacionais da cidade em tela.

O mercado de trabalho profissional tem sido inflexionado pelas significativas modificações nas formas de regulação do trabalho, a exemplo, das contrarreformas nas legislações trabalhista e previdenciária, bem como pelos processos de expansão dos cursos de Serviço Social via interiorização, fundamentalmente, privados e na modalidade à distância, considerando que o processo de ampliação do contingente profissional decorrente da abertura, indiscriminada, de cursos de Serviço Social nas cidades interioranas, sobretudo, na modalidade à distância, vem ampliando o processo de precarização das relações de trabalho das/os assistentes sociais. Aqui, apresentamos as inflexões desses processos no mercado de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os nos espaços socio-ocupacionais da cidade de Sousa (PB).



Esta síntese é resultado dos estudos da pós-graduação<sup>3</sup> que analisaram as relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os nos espaços socio-ocupacionais, do Centro de Referência de Assistência Social e Hospital Regional da cidade de Sousa (PB). O caminho metodológico do estudo teve como referência o materialismo histórico dialético marxista, privilegiando um estudo documental e uma pesquisa de campo, realizada junto às assistentes sociais que estão inseridas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS I e II) e no Hospital Regional da cidade de Sousa, a partir da aplicação de um questionário.

Na perspectiva de viabilizar ao leitor uma aproximação inicial as abordagens aqui traçadas, o texto está estruturado em três itens. No primeiro, apresenta-se as atuais configurações do mercado de trabalho profissional das/os assistentes sociais. No segundo item, foi problematizado o processo de interiorização dos cursos de Serviço Social, sinalizando as incidências da expansão interiorizada dos cursos, sobretudo, através do ensino privado e a distância, para o mercado de trabalho profissional, cujas tendências apontam para o acirramento da precarização das relações de trabalho, apontando as particularidades desse processo de expansão interiorizada dos cursos na cidade de Sousa, situada no Alto Sertão da Paraíba. No terceiro item, foi exposto as reflexões desenvolvidas, a partir da análise dos resultados da pesquisa, demonstrando as particularidades da inserção das/os assistentes sociais no mercado de trabalho, frente ao contexto de expansão interiorizada dos cursos de Serviço Social na cidade de Sousa, na Paraíba.

Nesse sentido, os resultados permitiram identificar as relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridos nos espaços supracitados, com ênfase em dois aspectos: a precarização das relações de trabalho das/os assistentes sociais, e uma possível relação dos processos de precarização mais enfáticos com o perfil de formação profissional.

---

<sup>3</sup> Trata-se de um trabalho de dissertação intitulado “Mercado de trabalho das/os assistentes sociais frente ao processo de interiorização dos cursos de Serviço Social: uma análise das relações de trabalho das/os profissionais inseridas/os nos espaços socio-ocupacionais de Sousa-PB”, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), para obtenção do título de Mestre acadêmica em Serviço Social.



## **As tendências do mercado de trabalho das/dos assistentes sociais e o processo de interiorização dos cursos de Serviço Social: novas expressões da precarização**

As atuais configurações do mercado de trabalho profissional das/os assistentes sociais, são determinadas pelas tendências contemporâneas de gestão da força de trabalho, independente da natureza dos espaços socio-ocupacionais, em que estes se inserem. A atual legislação trabalhista, ao configurar-se enquanto um desmonte de direitos no âmbito do trabalho, reconfigura, como efeito, o mercado de trabalho profissional das/os assistentes sociais, impondo relações e condições ainda mais precárias de trabalho. Para Guerra (2010), nas duas últimas décadas, as tendências de precarização e flexibilização que afligem às profissões assalariadas, atingem o mercado de trabalho profissional do Serviço Social, isto é, as/os profissionais têm seus espaços socio-ocupacionais, suas relações e condições de trabalho precarizadas e destituídas de direitos. Trata-se de uma nova morfologia do trabalho das/os assistentes sociais. Segundo Raichelis (2018, p. 52):

Inúmeras situações que expressam essa nova morfologia do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida.

Essas novas formas do trabalho, materializadas na precarização mais acentuada das relações de trabalho, são resultantes da implementação de uma política de redução dos gastos com a força de trabalho viva, bem como dos mecanismos de proteção social dos/as trabalhadores/as, atingindo todos os espaços de trabalho. Para Serpa e Araujo (2019), entender as atuais configurações do mercado de trabalho das/os assistentes sociais, pressupõe a reflexão de dois aspectos fundamentais: a inserção das/os assistentes sociais no mercado de trabalho de um modo geral, e as transformações ocorridas nesse mercado, isto é, a nova morfologia do trabalho no âmbito do Serviço Social.



Conforme dados do DIEESE (2015), paralelamente aos processos de precarização no âmbito do trabalho, têm-se uma ampliação entre os anos de 2004 e 2013 dos postos de trabalho das/os assistentes sociais no Brasil. Se em 2004 o número de assistentes sociais ocupados, era de 95.535, no ano de 2013, passou a corresponder a 204.747, ou seja, em aproximadamente uma década, o número de profissionais em exercício mais que duplicou (DIEESE, 2015).

Ao observar a distribuição das/os assistentes sociais por região no país, nota-se uma considerável presença destes na região sudeste. Os dados do Dieese (2015) apontam que, dos 66.601 assistentes sociais inseridos/as no mercado de trabalho formal do país, 60,0% estavam concentrados nas regiões Sul e Sudeste, enquanto 20,2% estavam concentrados na região Nordeste e 19,8% distribuídos nas regiões Norte e Centro-Oeste. Contudo, em decorrência da expansão das políticas públicas e do crescimento do terceiro setor, observou-se um significativo crescimento na região nordeste, que saltou de 17,4% em 2004, para 29% em 2013 (DIEESE, 2015).

No que se refere a natureza das instituições em que se encontram empregadas/os as/os assistentes sociais, é perceptível o crescimento dos postos de trabalho na administração pública municipal. Em 2004, o percentual de profissionais que atuavam junto ao poder público municipal, correspondia a 36,0%, já em 2013, esse percentual subiu para 52,1%, constituindo o nível de maior crescimento de postos de trabalho para as/os assistentes sociais (DIEESE, 2015).

Em termos de natureza jurídica das instituições em que se encontravam os/as assistentes sociais em exercício, 66,7% estavam empregadas/os no setor público, enquanto 33,3% atuavam no setor privado (DIEESE, 2015), reafirmando a tendência histórica de primazia da esfera pública no mercado de trabalho do Serviço Social.

Nesse sentido, os campos de atuação das/os assistentes sociais concentram-se, majoritariamente, nas políticas que compõem o tripé da seguridade social – Saúde, Previdência Social e Assistência Social –, dentre as quais vem se destacando a política de Assistência social como a maior empregadora de assistentes sociais no país (Vasconcelos *et al.*, 2017). Prêdes e Pereira (2005), defendem que a recente expansão do mercado de trabalho do Serviço Social, é parte do processo de descentralização das



políticas sociais para esfera municipal que, por constituírem espaços privilegiados de atuação do Serviço Social, passam a requisitar a presença de assistentes sociais para o gerenciamento, planejamento e execução das mesmas.

O crescimento da ocupação profissional das/os assistentes sociais, é consequência, principalmente, da municipalização da Política de Assistência Social e da necessidade de constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir de 2005 e, portanto, da expansão dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), o que explica a identificação da Política de Assistência Social como a política que vem incorporando mais assistentes sociais no Brasil, nos últimos anos (Souza; Silva, 2019).

No que se refere a remuneração das/os profissionais em exercício e, ainda, com base nos dados do DIEESE (2015, p. 07), entre os anos de 2004-2013, o crescimento dos rendimentos para o mercado de trabalho, em geral, foi superior aos rendimentos das/os assistentes sociais, “enquanto os primeiros observaram uma variação positiva em termos reais (deflacionado pelo INPC-IBGE) de 50%, as/os assistentes sociais tiveram aumento bem discreto, de 12,2% no mesmo período”. Particularizando para as regiões do país, enquanto na região Norte e Sudeste, o crescimento dos rendimentos das/os assistentes sociais ocupadas/os foi superior a 30%, a região Nordeste apresentou uma queda nos rendimentos de, aproximadamente, 10% (DIEESE, 2015). Neste sentido, Serpa *et al.*, analisam que:

O baixo padrão salarial tem sido uma marca nesse mercado, que ao incorporar profissionais os remete também à constituição de outras formas de complementação salarial demonstrando também o sobretrabalho dos profissionais que estão inseridos em mais de um espaço socio-ocupacional constituindo, portanto, uma ampliação do mercado de trabalho profissional determinado por uma expansão precarizada (Serpa *et al.*, 2018, s/p).

O significativo crescimento do número de assistentes sociais nas regiões Norte e Nordeste, não vem acompanhado de melhores condições de trabalho, trata-se de uma ampliação de instituições empregadoras, mas com significativos processos de precarização do trabalho.



Em relação aos vínculos empregatícios, 55,5% dos profissionais são regidos pelo regime estatutário, enquanto 40,7% são regidos pelo regime celetista, sendo 39,7% contratados por prazo indeterminado e 1,0% por prazo determinado (DIEESE, 2015). Todavia, foi vivenciado na segunda metade da última década, um dos períodos mais destrutivos para o conjunto das/os trabalhadoras/es, cujas tendências são diversas à apresentada na última pesquisa do DIEESE, no que diz respeito aos vínculos empregatícios. Isso, porque surge no mundo do trabalho, uma série de modalidades de contratos precários e por tempo determinado, sem direitos trabalhistas e proteção social para todas/os trabalhadoras/es, no qual se inclui as/os assistentes sociais.

As condições do mercado de trabalho até aqui esboçadas, nos revelam um processo de expansão precarizada dos postos de trabalho. É inegável a ampliação do mercado de trabalho profissional no campo das políticas sociais, entretanto, ao mesmo tempo e contraditoriamente, aprofunda-se a precarização velada ou não das condições e relações em que se realiza o trabalho profissional, compreendendo a condição de assalariada/o do/a assistente social, que a/o subordina aos processos de alienação, restrição de sua autonomia e intensificação do trabalho (Raichelis, 2011). Conforme Guerra (2010), são vários os efeitos do processo de flexibilização para a categoria profissional.

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (Guerra, 2010, p. 719).

Esses processos de precarização, aos quais estão submetidas/os as/os assistentes sociais, são intensificados com a crise sanitária da Covid-19. No Brasil, a crise pandêmica teve início em 26 de fevereiro de 2020, sendo seu fim decretado em maio de 2023, totalizando até março de 2023, 37.085.520 casos acumulados e 699.310 óbitos por Covid-19 (Ministério da Saúde, 2023).



Os efeitos desse quadro, marcado por uma crise sanitária, que se disseminou em meio a uma crise econômica, acirrou as políticas de ajuste fiscal em curso, aprofundou os processos de precarização das relações e condições de trabalho, além de agravar os níveis de desemprego e expandir o subemprego ausente de direitos trabalhistas.

Nesse cenário, a classe trabalhadora é, mais uma vez, penalizada, já que é responsabilizada pelo pagamento das despesas com o custeio das parcas medidas que vem sendo adotadas no enfrentamento à Covid-19. A maior expressão da transferência desse ônus para a classe trabalhadora, se apresenta na aprovação da Lei complementar 173/20, a chamada Lei de Socorro aos Estados, a qual veda o reajuste no salário de servidores nas três esferas de poder até 31 de dezembro de 2021. Utilizando os termos de Lara (2020, p. 64) “colocam a classe subalterna na trincheira da contaminação e morte”.

Desse modo, os efeitos da pandemia são alarmantes para as/os trabalhadoras/es, principalmente, em países em que se tinha em curso um conjunto de contrarreformas destrutivas, como é o caso do Brasil. As autoras Yazbek, Raichelis e Sant’Ana (2020), argumentam que tais contrarreformas neoliberais, com destaque para a EC 95, agravou o funcionamento do SUS, do SUAS e da Previdência Social. Assim, as políticas de Seguridade Social que, neste contexto, são extremamente necessárias para realização de ações emergenciais e preventivas, voltadas para o atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras têm sua capacidade de cobertura limitada.

Nesse cenário, se coloca uma série de desafios as/os assistentes sociais, pois além de necessitar do acesso as políticas sociais, assim como os demais trabalhadores/as, precisam de condições materiais, técnicas, de segurança e de proteção à saúde para a realização do trabalho profissional, sobretudo, aqueles que atuam na linha de frente ao atendimento à população usuária. De acordo com o CFESS (2020, p.03), “[...] assegurar condições de trabalho frente à precariedade, à ausência de EPIs, à intensificação das demandas e à fragilidade dos vínculos de trabalho”, vem sendo um dos principais desafios da categoria profissional.

Nota-se que a crise pandêmica, ao passo que intensifica os processos de precarização do trabalho, já em curso, desde a década de 1990 no país, consolida nas





palavras de Raichelis (2020), a nova morfologia do trabalho das/os assistentes sociais, visto que as/os profissionais experimentam dos mesmos processos vivenciados pelos demais segmentos da classe trabalhadora, como: terceirização; disseminação da pejetização, às mais diversas formas de contratação, trabalho remoto e implosão do caráter estatutário do servidor público, algo que já se vinha vivenciando, mas que agora, em tempos de pandemia, se generaliza sob a nomenclatura de *novo normal*.

Nesse sentido, os elementos da realidade profissional aqui esboçados, nos permite dizer que as/os assistentes sociais, como parte do conjunto das/os trabalhadoras/es, têm seu mercado de trabalho, significativamente, atingido pela flexibilização das leis trabalhistas, bem como pelo sucateamento das políticas sociais. Embora esse mercado de trabalho tenha experimentado um processo de expansão, nas últimas décadas, emerge haurido pelos processos de precarização, tal qual intensificasse, no contexto de crise sanitária, em razão do desfinanciamento das políticas sociais em um contexto que demanda sua ampliação, da ausência de EPIs para as/os profissionais, da informatização dos processos de trabalho, da fragilidade dos vínculos empregatícios e da intensificação das demandas de trabalho (Lanza *et al.*, 2021).

As tendências para o mercado de trabalho profissional das/os assistentes sociais, são emblemáticas, pois, concomitantemente ao processo de expansão precarizada do mercado de trabalho, acirrada pela pandemia do Covid-19, tem-se a expansão precarizada da formação profissional em Serviço Social – decorrente da contrarreforma da política de educação superior – cujas incidências refletem não somente na precarização da formação profissional, mas também no acirramento da precarização do mercado de trabalho profissional, com destaque para as relações de trabalho. Isso porque, ao diplomar um número exponencial de profissionais, a partir de uma formação profissional sucateada e aligeirada, os submete a relações de trabalho precárias e favorece a ampliação do *exército assistencial de reserva* (Iamamoto, 2015b), que tende a favorecer a intensificação dos processos de precarização, o que trataremos de problematizar no próximo item.

### **O crescimento dos cursos de Serviço Social via interiorização em tempos de contrarreforma da educação superior: uma aproximação a realidade de Sousa-PB**



As metamorfoses operadas no mundo do trabalho, expressas na flexibilização das leis trabalhistas, na precarização do trabalho e nos altos índices de desemprego, ocorrem paralelamente às mudanças, no âmbito das políticas sociais, inclusive, na educação superior, que passa a ser vista enquanto um dos principais nichos de valorização e reprodução do capital, inserido em um contexto de crise.

Nesse sentido, investe-se na contrarreforma da educação superior que, no Brasil, tem seus marcos significativos a partir dos anos de 1990, orientada pelos organismos internacionais, mais precisamente, pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, em função da adesão da burguesia brasileira às novas exigências do capital mundializado (Pereira, 2009).

As principais medidas do processo de reestruturação da educação superior, são o alargamento do setor privado na oferta de serviços educacionais e a privatização interna das IES públicas. A expansão da educação superior pela via privada, assume dois aspectos fundamentais: ampliação do acesso via diversificação das IES, principalmente, mediante IES privadas não universitárias, e preferência pela abertura de cursos de curta duração, sequenciais e à distância (Lima; Pereira, 2009).

Nesse contexto, o curso de graduação em Serviço Social, vem acompanhando o movimento de expansão do ensino superior no país, apresentando um crescimento significativo de sua oferta em instituições de ensino superior (IES) públicas e presenciais e, principalmente, em instituições privadas presenciais e à distância nas cidades interioranas do país, como é o caso da cidade de Sousa (PB), situada no Alto Sertão da Paraíba.

De acordo com Lima e Pereira (2009), o Serviço Social assistiu a uma expansão desmensurada da oferta de cursos de graduação na década de 1990, majoritariamente, de natureza privada e em instituições não-universitárias. Embora a expansão dos cursos de Serviço Social tenha privilegiado a esfera privada, conforme Pereira (2018), entre os anos de 2003 e 2016, constatou-se a criação da maior quantidade de cursos públicos de Serviço Social, desde o seu surgimento, na década de 1930. De modo preciso, do total de 64 cursos públicos de Serviço Social, 34 foram criados nesse período, destes, 28



cursos foram criados no interior, enquanto 6 cursos foram criados na capital, demonstrando que a expansão dos cursos de Serviço Social vem se dando através dos processos de interiorização, assim como o movimento mais amplo de expansão do acesso ao ensino superior.

Apesar do crescimento dos cursos de Serviço Social em IES públicas, Monte *et al.* (2015), afirmam que cerca de 80% das matrículas em cursos de Serviço Social, são de natureza privada, reafirmando a tendência de privatização que a formação em Serviço Social assume desde 1970 – período de vigência do regime autocrático – tendo como incremento, a partir de 2006, o ensino a distância, o qual, no Serviço Social, encontra condições propícias para seu espraiamento.

No governo Lula, outra “novidade” emergiu para a profissão: a criação de cursos de Serviço Social na modalidade de Educação à Distância (EAD), com 11 IES ofertantes de cursos de Serviço Social na modalidade EAD. Se elas representam 5, 2% do total de cursos criados no período, o percentual se inverte quando analisamos o quantitativo de vagas de Serviço Social oferecidos por IES anualmente: as 11 IES ofertam 46.620 vagas de Serviço Social na modalidade EAD, enquanto as demais 199 IES ofertam 24.824 vagas na modalidade presencial, anualmente (Lima; Pereira, 2009, p. 45).

As tendências de expansão da oferta de cursos de Serviço Social privados e a distância, se confirmam ao longo do tempo. Com base em dados coletados do sistema E-mec<sup>4</sup>, no ano de 2019, o número total de cursos de Serviço Social ofertados no país, chegou a 667, sendo 502 privados presenciais, 100 privados na modalidade a distância e 65 públicos presenciais. Esse crescente processo de mercantilização da formação, constitui-se numa ameaça à profissão, logo, a sua direção social estratégica.

Esse processo de expansão dos cursos de Serviço Social, acompanha o movimento mais geral de expansão do acesso ao ensino superior via interiorização no país. Embora se dê através da abertura de cursos públicos e privados, presenciais ou a distância, em cidades de médio e grande porte, vem se dando, predominantemente, através da abertura de polos de ensino a distância nas cidades interioranas. Segundo o E-mec (2019), existem mais de 8 mil polos distribuídos pelo país, destes, apenas 1.269

---

<sup>4</sup> Levantamento realizado em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso: em 29 de agosto de 2019.



estão localizados em capitais, o que corresponde a 15,71% do total, enquanto os 6.813, ou seja, 84,29% estão espalhados pelos municípios interioranos do país.

De acordo com lamamoto (2015b), o empresariado da educação superior investe em municípios interioranos que tendem a polarizar economicamente as atividades industriais ou de serviços da região da qual faz parte. Certamente, o município de Sousa (PB) atendeu aos requisitos do empresariado da educação superior a distância, que adentrou no município com a oferta de cursos superiores, incluindo o curso de Serviço Social, possivelmente, em função da diversidade de atividades econômicas desenvolvidas na cidade, já que além do setor de serviços, há um forte investimento no setor industrial, constituindo-se como cidade polo na região.

A oferta dos cursos de Serviço Social na cidade de Sousa (PB), vem seguindo as tendências gerais desse processo de expansão via interiorização, já que possui 5 Instituições de ensino ofertantes do curso de Serviço Social, sendo 4 instituições de ensino privado a distância<sup>5</sup>, quais sejam: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), Centro Universitário Dom Pedro II, Universidade Paulista (UNIP) e Universidade Pitágoras (UNOPAR). A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é a única instituição de ensino pública presencial (E-MEC, 2019).

Porém, longe de constituir um processo sem problemas, a expansão interiorizada da formação, sobretudo através do Ead, tende a desdobrar-se na criação do chamado “exército assistencial de reserva”, nos termos de lamamoto (2015b), tendo em vista a vasta capacidade de diplomação de profissionais que as IES à distância detêm, face à incapacidade de absorção desses profissionais pelo mercado de trabalho.

Conforme dados apresentados no estudo de Silva (2018)<sup>6</sup>, intitulado “Serviço Social e mercado de trabalho: uma análise do perfil socio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG”, identificou-se que dos 30 profissionais egressos do curso de Serviço Social da UFCG, Campus Sousa (PB), do ano de 2015, apenas 06 profissionais estavam inseridos no mercado de trabalho como assistentes

---

<sup>5</sup> A partir de um mapeamento realizado no ano de 2019, constatou-se que a Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL e o Centro Universitário Dom Pedro II não estavam mais em funcionamento no município.

<sup>6</sup> SILVA, Elma Maria da. Serviço Social e Mercado de trabalho: uma análise do perfil socio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG. Sousa-PB. 2018.



sociais, mais precisamente, no setor público municipal, sendo que 1 (um/a) com ingresso por concurso e os demais inseridos por contratos de trabalho temporários. Muito embora, esse estudo revele a situação particular de uma turma de egressos, sinaliza para a fragilidade do mercado de trabalho do Serviço Social na cidade de Sousa (PB), logo, para a incapacidade de absorção de um vasto contingente profissional.

Ainda que esses/as novos/as profissionais atendam à demanda do mercado de trabalho da região do alto sertão paraibano e cidades interioranas de estados vizinhos, a tendência é que a ampliação do exército assistencial de reserva permaneça, pois a oferta indiscriminada dos cursos de Serviço Social, não é uma especificidade da cidade de Sousa, mas de um movimento que ocorre em âmbito nacional, como já demonstramos anteriormente que, inclusive, se apresenta de maneira contundente na Paraíba.

A ausência de oferta de postos de trabalho para assistentes sociais, pode ser constatada através da realização de um rápido levantamento dos editais de concursos públicos, publicados no portal da Prefeitura Municipal de Sousa. Foi possível identificar a realização de apenas 2 concursos públicos realizados respectivamente nos anos de 2006 e 2014. No primeiro concurso, foram ofertadas 3 vagas para assistentes sociais, já no segundo, foram ofertadas 2 vagas (Prefeitura Mun. De Sousa, 2020). Os dados permitem identificar que, desde o surgimento dos cursos de Serviço Social na cidade de Sousa, houve apenas um concurso público, mais precisamente, no ano de 2014, período em que já tínhamos profissionais egressos dos três cursos de Serviço Social em funcionamento na cidade, que ofertou somente 2 vagas.

Diante disto, é possível inferir que o ingresso para o mercado de trabalho no serviço público, seguramente, não vem se dando pela via do concurso público, havendo, conseqüentemente, um processo de precarização das relações de trabalho dos/as profissionais inseridos/as no mercado de trabalho profissional da cidade e que, possivelmente, há um desemprego na área de Serviço Social na cidade, pois dificilmente, o mercado de trabalho local tem potencial para absorver o grande número de profissionais diplomados pelas três instituições ofertantes do curso na cidade.



As tendências de crescimento do número de profissionais registrados nos Conselhos Regionais, apontam para ampliação do exército assistencial de reserva.

Conforme informações de julho de 2007 do CFESS (2007, *apud* IAMAMOTO, 2015b), havia cerca de 70.500 assistentes sociais ativos/as no Brasil, distribuídos/as em 24 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), (3) delegacias de base estadual e 21 subdelegacias ligadas aos CRESS, congregados no CFESS. Dados recentes apontam que estão registrados nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e uma Seccional de Base Estadual do Brasil, cerca de 190 mil profissionais. É o segundo país no mundo em número de assistentes sociais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (CFESS, 2019).

Essa ampliação do *exército assistencial de reserva* traz sérias implicações para o mercado de trabalho profissional, como a desvalorização profissional, o arrocho salarial, o trabalho voluntariado, a insegurança no trabalho, a extensão da jornada de trabalho, o reforço ao clientelismo político e a solidariedade, a precarização das condições de trabalho e aumento da insegurança no trabalho (Iamamoto, 2015b, p. 440).

Diante dos elementos teóricos até aqui esboçados, que pressupõem nossas análises empíricas, urge a necessidade de analisarmos as relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os no mercado de trabalho, frente ao contexto de interiorização dos cursos de Serviço Social na cidade de Sousa (PB), no esforço de evidenciar sob quais relações de trabalho as/os assistentes sociais estão atuando nos espaços socio-ocupacionais das políticas de Assistência social e Saúde no município.

### **As relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os no mercado de trabalho frente ao contexto de interiorização dos cursos de Serviço Social na cidade de Sousa-PB**

A análise das relações de trabalho das assistentes sociais inseridas nos espaços socio-ocupacionais, pressupõe apresentarmos, ainda que de forma breve, aspectos da microrregião que, certamente, guardam profunda relação com o processo de expansão da oferta de cursos de Serviço Social emergentes, a partir do final da primeira década dos anos 2000.



O município de Sousa está localizado na mesorregião do Sertão do Estado da Paraíba. Com um clima semiárido e tendo na caatinga seu bioma, a microrregião ocupa uma área territorial de 728,492km<sup>2</sup> e possui 65.803 habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo 13.922 moradores da zona rural e 51.881 da zona urbana. A estimativa é que, neste ano, o número de habitantes chegue a 69.997 (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,668, conforme Censo do IBGE de 2010.

No que se refere ao trabalho e ao rendimento mensal dos moradores, no ano de 2021, o salário mensal era de 1.7 salários mínimos, ao compararmos com o rendimento mensal dos demais municípios do Estado da Paraíba, Sousa ocupa a posição 100 entre os 223 (IBGE, 2021). No que tange à economia, o PIB per capita de 2020, alcançou a cifra de 17.982,13. Em relação aos outros municípios do Estado, Sousa ocupa a 15ª posição, com maior rendimento (IBGE, 2020), o que pode se justificar pela diversidade de atividades econômicas no município, como a agropecuária, a indústria e os serviços. No que tange aos aspectos políticos há a presença de disputas políticas em torno da gestão municipal, por blocos de poder, representados pela tradicional oligarquia familiar, que detém poder econômico e político e, historicamente, disputa a gestão do município.

Em certa medida, as particularidades do município de Sousa, fomentam a emergência do processo de interiorização de cursos superiores na cidade, mas também, podem delimitar as condições de inserção no mercado de trabalho. É considerando esses elementos, que analisaremos as relações de trabalho das assistentes sociais inseridas nos espaços socio-ocupacionais da cidade de Sousa, frente a esse processo de interiorização dos cursos de Serviço Social.

Os espaços socio-ocupacionais que foram objeto de observação e análise, conforme já mencionado, são os dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existentes na cidade e o Hospital Regional de Sousa (HRS), pertencentes aos serviços públicos ofertados pelas políticas de Assistência Social e Saúde respectivamente. Seguindo as tendências gerais as políticas de Assistência Social e Saúde, são as que mais empregam assistentes sociais no município.

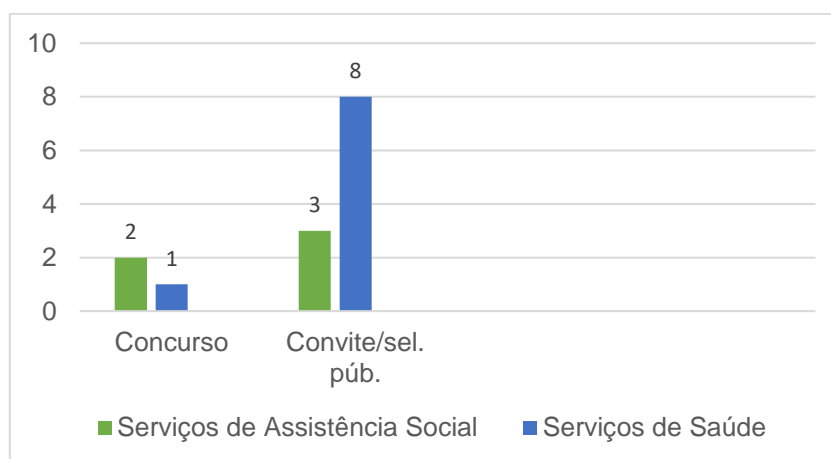


A pesquisa foi realizada com 14 (quatorze) assistentes sociais, em sua totalidade, do sexo feminino, reafirmando a tendência histórica da profissão composta por uma categoria majoritariamente feminina.

Em relação ao *locus* de atuação profissional, das 14 assistentes sociais participantes da pesquisa, 5 atuam na política de Assistência Social de natureza Municipal, mais precisamente, nos CRAS I e II, e 9 atuam na política de Saúde, de modo específico, no Hospital Regional de Sousa, cuja natureza da instituição, é estadual.

As formas de inserção das profissionais no mercado de trabalho indicam a condição de fragilidade dos vínculos empregatícios. Os dados coletados revelam maior incidência de inserção das profissionais sem aprovação em concursos ou seleções públicas. Conforme ilustra o gráfico 1:

**Gráfico 1** - Formas de ingresso das assistentes sociais que atuam nos serviços de Assistência Social e Saúde na cidade de Sousa – PB



**Fonte:** Pesquisa realizada entre os meses de setembro e outubro de 2020

Das profissionais inseridas na política de Assistência Social, 3 ingressaram nos CRAS através de convite, e 2, por meio de concurso público. Quanto à realidade das profissionais que atuam no HRS, 8 ingressaram na instituição por meio de convite e apenas 1 ingressou mediante aprovação em concurso público. Esses dados acompanham a tendência de inserção no mercado de trabalho profissional, havendo

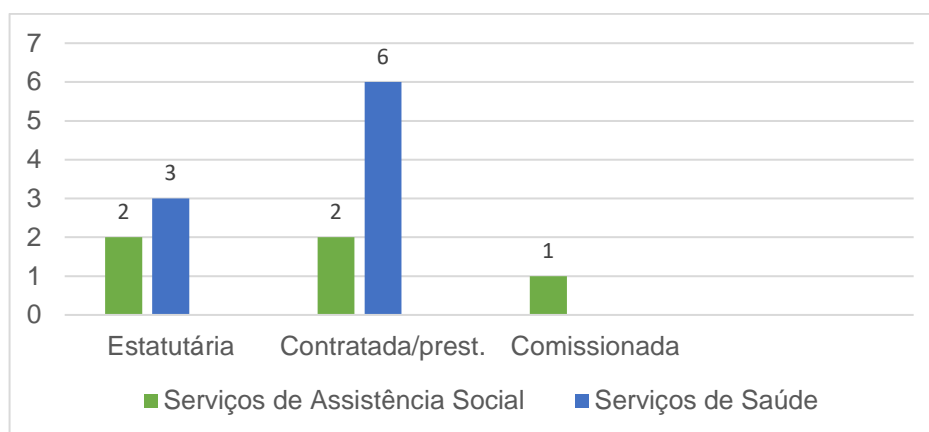




sempre a predominância de artifícios, como convites e indicações pessoais para determinados cargos e funções e a ausência de concursos e seleções públicas.

Seguindo a tendência da flexibilização dos vínculos de trabalho, identificamos a concretização da ocorrência de relações trabalhistas cada vez mais precárias. Os dados a seguir confirmam isso, como nos mostra os gráfico 2:

**Gráfico 2** - Vínculos de trabalho das assistentes sociais que atuam nos serviços de Assistência Social e Saúde na cidade de Sousa – PB



Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de setembro e outubro de 2020

É possível identificar que os vínculos mediados por contrato e prestação de serviços, prevalecem em ambos os serviços, tanto no da assistência social, quanto no da saúde, evidenciando, portanto, a precarização dos vínculos de trabalho nas duas políticas de maior inserção profissional, tendo em vista que, somente 5 assistentes sociais, do total de profissionais que participaram da pesquisa, possuem vínculo formal com ingresso via concurso público, garantindo, até o momento, a estabilidade no emprego.

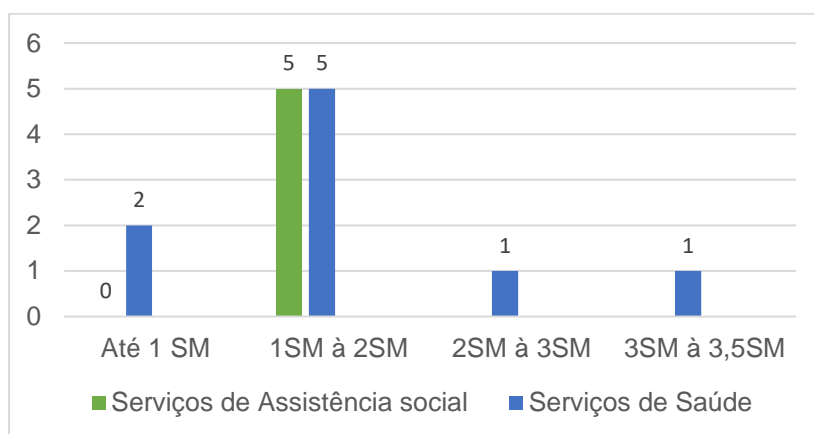
Na administração pública brasileira, uma grande parcela dos serviços públicos deixou de ser realizada pelo servidor público, profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas por regime jurídico próprio, para serem realizados pelos diferentes tipos de trabalhadores/as, majoritariamente, empregados/as com relações de trabalho precárias, regidas por contratos temporários, salários ínfimos e expostos a maiores



riscos de adoecimento e sem proteção social, isto é, sem os direitos trabalhistas assegurados ao funcionalismo público estatutário (Raichelis, 2018).

Como agravante desse processo de instabilidade no âmbito do trabalho, tem-se um baixo padrão salarial, o que intensifica as condições de precarização. O gráfico abaixo, indica o nível salarial das profissionais:

**Gráfico 3** – Nível salarial das assistentes sociais que atuam nos serviços de Assistência Social e Saúde na cidade de Sousa – PB



Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de setembro e outubro de 2020

Os dados referentes ao nível salarial das assistentes sociais, revelam que para as profissionais da assistência social, a faixa salarial predominante é de 1,5 salários mínimos, apenas 1 profissional recebe 2 salários mínimos, em razão de sua condição de coordenadora. No Hospital Regional, a maioria das profissionais recebem de 1 a 2 salários mínimos, apenas 1 profissional recebe 3,5 salários mínimos, por também exercer a função de coordenadora. Assim, nota-se que em ambas as áreas as coordenadoras recebem um pouco mais em relação às demais assistentes sociais

Ao analisarmos a faixa salarial das profissionais que não ocupam cargo de chefia, em relação aos seus tipos de vínculos empregatícios, percebemos que nos CRAS, tanto as profissionais estatutárias, quanto as profissionais contratadas, recebem 1,5 salários mínimos. Já no Hospital Regional, as profissionais estatutárias ganham 2 salários mínimos, enquanto as profissionais contratadas e prestadoras de serviço, ganham de 1



a 1,5 salários mínimos, demonstrando uma pequena diferenciação na remuneração das profissionais do HRS, devido ao seu tipo de vínculo de trabalho.

Em meio a atual conjuntura de desregulamentação dos direitos trabalhistas, inclusive, dos servidores/as públicos/as, as diferenças entre os trabalhadores estáveis e trabalhadores contratados, vão se esvaindo, a desvalorização profissional vai se espalhando e já não conseguimos mais visualizar discrepâncias significativas entre os trabalhadores estatutários e os contratados, todos são atingidos pelo movimento de reestruturação do capital (Raichelis, 2018).

Podemos dizer que a inserção das assistentes sociais nas políticas de Assistência Social e Saúde da cidade de Sousa (PB), vem seguindo as tendências de desregulamentação do trabalho e precariedade das relações trabalhistas do mercado de trabalho profissional das/os assistentes sociais na contemporaneidade, indicadas por Raichelis (2018), Guerra (2010) e Serpa *et al.* (2018). Os resultados apresentados, sinalizam como expressões mais enfáticas, o sucateamento das relações de trabalho, a precariedade dos vínculos empregatícios e, por conseguinte, a instabilidade no emprego, a rotatividade de profissionais e a precariedade dos salários.

Essa precariedade das relações de trabalho das profissionais determinada pelo movimento de reestruturação da economia mundial, como abordamos anteriormente, tem no processo de interiorização dos cursos de Serviço Social, majoritariamente, privados e a distância, um forte agravante, pois a interiorização indiscriminada dos cursos, favorece a criação de um exército de profissionais desempregados cujas tendências apontam para o acirramento dos processos de precarização das relações de trabalho.

Além disso, ao se dar, primordialmente, através do ensino privado e a distância, que lança para o mercado de trabalho, um contingente de profissionais detentores de uma formação aligeirada, precarizada e radicalmente diferente da formação orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, tende a submeter estes/as profissionais, de maneira mais contundente, a relações de trabalho precárias.

Desta forma, nos propomos, a partir de agora, a analisar o perfil de formação profissional das assistentes sociais que atuam nos CRAS e no Hospital Regional da cidade



de Sousa, na tentativa de identificar aspectos que indiquem variações no que tange a precarização das relações de trabalho das/os assistentes sociais, considerando o perfil de formação profissional.

A análise dos dados coletados acerca da formação profissional das assistentes sociais, nos permite indicar que das profissionais que atuam nos CRAS, 3 são graduadas em instituições privadas e 2 em instituições públicas. Quanto as profissionais que atuam no HRS, 7 são graduadas em instituições de ensino superior privadas e 2 são egressas do ensino superior público.

Com relação a modalidade de ensino em que as profissionais concluíram a graduação, identificamos que apenas 1 profissional que atua no CRAS, é egressa do ensino na modalidade à distância. Contudo, no âmbito do HRS, das profissionais participantes da pesquisa, 6 são egressas do ensino à distância e apenas 3 são egressas do ensino presencial. Os dados nos revelam que metade das profissionais que participaram da pesquisa, são egressas do ensino superior à distância, e que o Hospital Regional se destaca em relação aos CRAS, no que tange a absorção de egressas do ensino não presencial.

Além disso, ao analisar as formas de inserção no mercado de trabalho das assistentes sociais egressas do ensino à distância, que atuam nos CRAS e no HRS, percebemos que todas ingressaram no mercado de trabalho através de convite, certamente, através de práticas clientelistas e paternalistas que vigoram na cidade até os dias atuais. Essa realidade de inserção das profissionais egressas do ensino a distância, se difere da realidade das profissionais egressas do ensino presencial, visto que, a maioria dessas, se inseriram no mercado de trabalho profissional, através de aprovação em concurso público e seleção pública.

Com relação aos tipos de vínculos, identificamos que entre as profissionais egressas do Ead, que atuam nas instituições supracitadas, apenas 1 atua por regime estatutário no HRS, as demais são contratadas e/ou prestadoras de serviço, o que se difere da realidade das profissionais egressas do ensino presencial, já que 4 são estatutárias, mais precisamente, egressas do ensino presencial público.



Ao analisar o padrão salarial das profissionais egressas do Ead, identificamos que apenas 1 das profissionais, tem um padrão salarial de 2 salários mínimos, trata-se da profissional que possui o vínculo de trabalho estatutário, enquanto as demais não ultrapassam 1,5 salários mínimos. Comparando com o padrão salarial das profissionais egressas do ensino presencial, constatamos que, entre as profissionais egressas do ensino presencial, a menor faixa salarial é de 1,5 salários, e a maior é de 3,5 salários mínimos, enquanto entre as egressas do Ead, a menor faixa salarial é de 1 salário mínimo e a maior é de 2 salários mínimos. É notório que nenhuma das profissionais egressas no ensino presencial, recebe 1 salário mínimo que, por sua vez, se configura enquanto um valor irrisório para um profissional de nível superior.

Parece plausível aferirmos que a precariedade das relações de trabalho no âmbito das instituições pesquisadas, está posta para a totalidade das profissionais que participaram da pesquisa, independente da modalidade de ensino em que concluiu a graduação. Contudo, fica evidente que as profissionais egressas do ensino a distância, ao ingressarem no mercado de trabalho, apenas através de convite, estão mais sujeitas a precarização, pois, parte dessas profissionais, para assegurarem sua entrada no mercado de trabalho, se submetem a relações de trabalho muito precárias para um profissional com ensino superior.

### **Considerações finais**

A partir das ponderações analíticas apresentadas neste trabalho, podemos identificar que a profissão inserida em um contexto de desmonte do trabalho, vivenciou o auge da expansão de seu mercado de trabalho profissional em função, primordialmente, dos processos de descentralização das políticas sociais para a esfera municipal, com destaque para a política de Assistência social, mediante a criação do SUAS. Contraditoriamente, tal expansão se deu de forma precarizada, explícita na desregulamentação do trabalho, na subcontratação, na emersão de novas formas de contrato e vínculos de trabalho, no avanço da terceirização, nos baixos salários etc. (Guerra, 2010).



Além disso, identificamos que a profissão experimentou, simultaneamente, à expansão precária de seu mercado e do processo de expansão, também de caráter precário, de sua formação profissional mediante a oferta de cursos, em sua maioria, privados e a distância. Partimos do pressuposto, que isso vem ocasionando não só a precarização da formação profissional em Serviço Social, mas também, o acirramento da precarização, no âmbito do mercado de trabalho profissional, com destaque para as relações de trabalho, uma vez que favorece a ampliação do exército assistencial de reserva nos termos de lamamoto (2015b), e como consequência adensa os processos de desvalorização profissional.

Seguindo as tendências gerais de precarização e flexibilização do trabalho na contemporaneidade, a realidade investigada expressa as precárias formas de inserção das profissionais nas instituições, vínculos empregatícios precários e instáveis materializados nos contratos temporários de trabalho e na prestação de serviços e nos baixos padrões salariais, o que revela a complexidade da realidade local do mercado de trabalho profissional para a categoria das/os assistentes sociais.

No que concerne ao perfil de formação profissional das assistentes sociais, verificamos a presença majoritária de profissionais egressas da rede privada de ensino superior. Além disso, constatamos que metade das profissionais que estão atuando nos espaços ocupacionais pesquisados, são egressas do ensino na modalidade a distância, reafirmando as tendências que apontam para a presença de diferentes perfis profissionais nos espaços socio-ocupacionais do mercado de trabalho profissional.

Ao relacionarmos os dados relativos ao perfil de formação profissional das assistentes sociais, com suas respectivas relações de trabalho, identificamos algumas similaridades no que tange as relações de trabalho das profissionais egressas do ensino a distância e das profissionais egressas do ensino presencial. Existem pequenas diferenças, as quais estão centradas nas formas de inserção das profissionais nas instituições pesquisadas, pois, enquanto as profissionais egressas do ensino presencial, se inseriram no mercado de trabalho, majoritariamente, por meio de concurso público e seleção pública; as profissionais egressas do ensino a distância, em sua totalidade, ingressaram no mercado de trabalho por meio de convite.



Neste sentido, concluímos que, embora a precarização das relações de trabalho esteja posta para todas as profissionais participantes da pesquisa, se apresenta de maneira mais preocupante, a realidade das profissionais egressas do Ead, devido as tendências de inserção precária desses profissionais nos espaços socio-ocupacionais, isto é, através de convites para atuarem sob contratos temporários e prestação de serviços, aceitando, muitas vezes, condições salariais incompatíveis com um cargo de nível superior, na tentativa de garantir sua entrada no mercado de trabalho e, principalmente, sua reprodução social, ainda que de forma precária e restrita.

Por fim, o processo de precarização das relações de trabalho das/os assistentes sociais, determinado pelo conjunto de metamorfoses no mundo do trabalho, tem no processo de expansão interiorizada dos cursos de Serviço Social, primordialmente, de natureza privada e na modalidade a distância, fortes agravantes. Primeiro, porque tem favorecido a ampliação de um contingente profissional cujo mercado de trabalho é incapaz de absorver, contribuindo para a desvalorização profissional, expressa; nas admissões via contratos de trabalho temporários, no baixo padrão salarial, na insegurança no trabalho, no reforço ao clientelismo político etc. Segundo, porque, ao se dar, principalmente, por meio do ensino a distância privado, lança para o mercado de trabalho, um grande número de profissionais detentores de uma formação aligeirada, precarizada e diferente da formação delineada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, submetendo-se, ainda mais, as exigências do mercado, afim de garantir sua inserção e sua manutenção.

### Referências bibliográficas

CFESS. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em: 15 maio. 2019.

CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia**: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília (DF): CFESS, 2020c. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.



DIEESE. **Quem são os assistentes sociais no Brasil?**, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22388202-Quem-sao-os-assistentes-sociais-no-brasil.html>. Acesso em: 05 mar. 2021.

E-MEC. **Número de instituições de ensino à distância no Estado da Paraíba que ofertam o curso de Serviço Social**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

E-MEC. **Número de instituições de ensino à distância que ofertam o curso de Serviço Social em Sousa-PB**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n.104, p. 715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

IBGE. **Panorama da cidade de Sousa - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010, 2018, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sousa/panorama>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LANZA, L. M. B. *et al.* Exercício profissional do(a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia Covid-19. **Temporalis**, Brasília-DF, n. 41, p. 119-135, jan./jun. 2021.

LARA, R. Pandemia e capital1: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 53-69, jan. / jun. 2020.

LIMA, K.; PEREIRA, L. D. Contrarreforma na Educação Superior brasileira: Impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista Sociedade em debate**, Pelotas, n.15, p. 31-50, jan/jun. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MONTE, A. M. F. do. *et al.* Ensino Superior no Brasil e a expansão dos cursos de Serviço Social nos anos 2010 a 2013. **O social em questão**, Alagoas, n.34, p. 245-258, jul./set. 2015.





PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Katálises**, Florianópolis, v.21, n.1, p.189-199, jan./abr. 2018.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do Ensino Superior, educação a Distância e Serviço Social. **Katálises**, Florianópolis, v. 12, n.2, p.268-277, jul/dez.2009.

PRÉDES, R.; PEREIRA, S. B. O mercado de trabalho do Serviço Social no interior de Alagoas e o processo de descentralização das políticas públicas. *In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luiz: UFMA. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA –PB. **Editais**. Disponível em: <https://www.sousa.pb.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In: RAICHELIS, R.; VIECENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 25-65.

RAICHELIS, Raquel. **Desafios do trabalho profissional: crise sanitária no interior da crise do capital**. Live online (1:36:37), 2020. Disponível em: <https://www.tvpucsp/videos/a-%C3%A1rea-do-servi%C3%A7o-social-da-puc-sp-convida-para-a-live-emcomemora%C3%A7%C3%A3o-ao-dia-dao/1319149761610099/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SERPA, M. A. *et al.* O mercado de trabalho profissional e os desafios frente a contrarreforma trabalhista. *In: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social - ENPESS*. Vitória - ES: ABEPSS, 2018.

SERPA, M. A.; ARAÚJO, W. O trabalho profissional: os impactos da contrarreforma do trabalho no mercado de trabalho do assistente social em Campina Grande-PB. *In: XXVI Encontro de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba*. Campina-Grande, 2019.

SILVA, E. M. da. **Serviço social e mercado de trabalho**: uma análise do perfil socio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG, 2018. 89 p. 2018. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2018.

SILVA, M. L. de O.; SOUZA, E. A. de. Cipoal da insegurança: capitalismo flexível, neoliberalismo e as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na Seguridade Social no Brasil. *In: SILVA, M. L. de O.; SOUZA, E. A. de. (Org.). Trabalho*,



**questão social e Serviço Social: a autofagia do capital.** São Paulo: Cortez, 2019, p.221-247.

VASCONCELOS, L. *et al.* Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas. **Políticas públicas**, [S. l.], v.21, n. 2, p.719-738, 2017.

YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020.

**Recebido em: 30/11/2021**

**Aceito em: 06/11/2023**